

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

ACTIVE METHODOLOGIES IN FACING EDUCATIONAL INEQUALITY

METODOLOGÍAS ACTIVAS EN EL ENFRENTAMIENTO DE LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS

Rosiane Almeida Minet Marsaioli¹
Márcio de Lima Pacheco²
Evair de Souza e Souza³
José Heber de Souza Aguiar⁴
Patrícia Bárbara Cândida dos Santos⁵
Manoel Rodrigues Lima⁶
Elaine Teixeira Fernandes⁷

RESUMO: As desigualdades educacionais permanecem como um dos principais desafios para a efetivação do direito à aprendizagem no Brasil, exigindo a revisão das práticas pedagógicas e dos modelos tradicionais de ensino. Neste contexto, o estudo analisou as contribuições das metodologias ativas para o enfrentamento dessas assimetrias, considerando seus fundamentos teóricos, possibilidades e limites no cenário da educação básica. Realizou-se pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados entre 2021 e 2024. Os resultados indicam que as metodologias ativas favorecem o protagonismo discente, a personalização das aprendizagens e a valorização dos saberes dos territórios, elementos essenciais para a promoção da equidade. Evidenciou-se que estratégias como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e resolução de problemas ampliam o engajamento e contribuem para a inclusão de grupos historicamente excluídos. Contudo, verificou-se que a efetividade dessas abordagens depende de condições estruturais, formação docente continuada e uso crítico das tecnologias digitais. Conclui-se que tais metodologias representam instrumento relevante de democratização do ensino, quando articuladas a políticas comprometidas com a justiça social.

Palavras-chave: Desigualdades educacionais. Inclusão escolar. Metodologias ativas.

¹Pós-Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Multivix - MULTIVIX, Serra ES.

²Doutor em Metafísica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo SP.

³Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá - ESTÁCIO.

⁴Mestre em Teologia pela Faculdade Est - EST, São Leopoldo RS.

⁵Graduada em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, Macapá AP.

⁶Graduado em Letras Português e Inglês pela Universidade do Vale do Acaraú - UVA, Fortaleza CE.

⁷Graduada em Direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral CE.

ABSTRACT: Educational inequalities remain one of the main challenges to the realization of the right to learning in Brazil, requiring the revision of pedagogical practices and traditional teaching models. In this context, the study analyzed the contributions of active methodologies to face these asymmetries, considering their theoretical foundations, possibilities, and limitations in basic education. A bibliographic research with a qualitative approach was carried out, based on scientific articles, books, and official documents published between 2021 and 2024. The results indicate that active methodologies promote student protagonism, personalization of learning, and appreciation of local knowledge, essential elements for the promotion of equity. It was evidenced that strategies such as project-based learning, flipped classroom, and problem solving increase engagement and contribute to the inclusion of historically excluded groups. However, it was verified that the effectiveness of these approaches depends on structural conditions, continuing teacher education, and critical use of digital technologies. It is concluded that such methodologies represent a relevant instrument for the democratization of education when articulated with policies committed to social justice.

Keywords: Educational inequalities. School inclusion. Active methodologies.

RESUMEN: Las desigualdades educativas permanecen como uno de los principales desafíos para la efectividad del derecho al aprendizaje en Brasil, exigiendo la revisión de las prácticas pedagógicas y de los modelos tradicionales de enseñanza. En este contexto, el estudio analizó las contribuciones de las metodologías activas para el enfrentamiento de dichas asimetrías, considerando sus fundamentos teóricos, posibilidades y límites en la educación básica. Se realizó una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, basada en artículos científicos, libros y documentos oficiales publicados entre 2021 y 2024. Los resultados indican que las metodologías activas favorecen el protagonismo estudiantil, la personalización de los aprendizajes y la valorización de los saberes de los territorios, elementos esenciales para la promoción de la equidad. Se evidenció que estrategias como el aprendizaje basado en proyectos, el aula invertida y la resolución de problemas amplían el compromiso y contribuyen a la inclusión de grupos históricamente excluidos. Sin embargo, se verificó que la efectividad de estas propuestas depende de condiciones estructurales, formación docente continua y uso crítico de las tecnologías digitales. Se concluye que tales metodologías representan un instrumento relevante para la democratización educativa.

2

Palabras clave: Desigualdades educativas. Inclusión escolar. Metodologías activas.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira apresenta desigualdades históricas que comprometem o direito à aprendizagem de parcela expressiva dos estudantes. Avaliações nacionais demonstram que o desempenho escolar está fortemente associado às condições socioeconômicas, revelando distâncias significativas entre redes de ensino e grupos sociais (INEP, 2024). Esse quadro indica que práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na transmissão uniforme de conteúdos, não conseguem responder à diversidade presente nas salas de aula. Diante disso, as metodologias ativas têm sido apontadas como alternativa para reorganizar o processo educativo, ao

priorizarem a participação do estudante e a construção significativa do conhecimento (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2022).

As desigualdades educacionais são fenômenos complexos que envolvem fatores econômicos, culturais e étnico-raciais. Pesquisas recentes indicam que o sistema escolar tende a reproduzir hierarquias sociais quando desconsidera as diferenças de trajetória dos alunos (Lima; Sena, 2021). Nesse sentido, práticas pedagógicas pouco flexíveis podem transformar a diversidade em exclusão, reforçando barreiras ao aprendizado (Santos, 2021). As metodologias ativas, por valorizarem experiências, saberes prévios e interação, configuram-se como estratégia capaz de ampliar oportunidades formativas e favorecer maior equidade (Reis *et al.*, 2024).

O desenvolvimento das tecnologias digitais intensificou o debate sobre novas formas de ensinar e aprender. Estudos demonstram que ambientes híbridos e recursos interativos podem estimular autonomia e personalização dos percursos educativos (Silva *et al.*, 2022). Documentos oficiais brasileiros defendem que a integração pedagógica das tecnologias deve contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais (Brasil, 2023). Entretanto, pesquisadores alertam que a inovação tecnológica só produz efeitos positivos quando articulada a intencionalidade pedagógica e a condições adequadas de trabalho docente (Dias *et al.*, 2024).

Outro aspecto central refere-se ao engajamento discente. Investigações apontam que estratégias como aprendizagem baseada em projetos e resolução de problemas favorecem maior envolvimento dos estudantes com o conhecimento (Bezerra *et al.*, 2024). Tais abordagens permitem relacionar conteúdos escolares às experiências concretas dos sujeitos, fortalecendo o sentido social da educação (Gallo *et al.*, 2024). Dessa forma, o ensino deixa de ser meramente expositivo e passa a estimular pensamento crítico e participação ativa.

Apesar das potencialidades, a implementação dessas metodologias encontra obstáculos. Estudos sobre formação docente evidenciam que muitos professores não tiveram oportunidade de vivenciar práticas inovadoras durante sua trajetória acadêmica (Gatti, 2022). Além disso, a ausência de infraestrutura adequada e o excesso de demandas burocráticas dificultam a mudança das rotinas escolares (Gusmão; Amorim, 2022). Para superar tais limites, autores defendem políticas educacionais integradas que garantam apoio institucional e valorização profissional (Pinheiro Filho *et al.*, 2024).

No cenário internacional, organismos multilaterais têm reforçado a necessidade de repensar a educação a partir de princípios de justiça social. A UNESCO propõe a construção de um novo pacto educativo orientado pela inclusão e pela colaboração (UNESCO, 2021). Ao

mesmo tempo, relatórios recentes advertem que o uso das tecnologias pode aprofundar desigualdades quando não há acesso equitativo e formação adequada (UNESCO, 2023). Essas reflexões evidenciam que metodologias ativas devem ser compreendidas dentro de um projeto político-pedagógico comprometido com direitos humanos.

A perspectiva da inclusão amplia ainda mais esse debate. Experiências desenvolvidas com estudantes surdos demonstram que abordagens participativas favorecem o reconhecimento das diferenças linguísticas e culturais (Reis *et al.*, 2024). De modo semelhante, pesquisas sobre racismo estrutural indicam que práticas pedagógicas dialógicas podem contribuir para o enfrentamento de preconceitos e discriminações (Lima; Sena, 2021). Assim, a inovação metodológica precisa estar articulada ao compromisso com a diversidade e com a democratização do conhecimento.

Compreende-se, portanto, que as metodologias ativas representam possibilidade concreta de ressignificação do trabalho escolar. Ao deslocarem o foco para o estudante e para situações reais de aprendizagem, tais abordagens dialogam com a necessidade de reduzir desigualdades historicamente produzidas (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2022). Todavia, sua efetividade depende de políticas de formação continuada, avaliação formativa e participação da comunidade educativa (Santos *et al.*, 2024).

4

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições das metodologias ativas para o enfrentamento das desigualdades educacionais, discutindo de que modo tais estratégias podem favorecer inclusão, protagonismo discente e melhoria das aprendizagens. Busca-se compreender as condições pedagógicas e institucionais necessárias para que essas abordagens se convertam em instrumentos de equidade, oferecendo subsídios para práticas e políticas educacionais socialmente comprometidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

I. DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: CONCEITOS E DETERMINANTES

As desigualdades educacionais constituem fenômeno estrutural da sociedade brasileira e resultam da interação entre fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais. A literatura demonstra que o acesso à escola não garante, por si só, condições equitativas de aprendizagem, uma vez que trajetórias escolares são fortemente condicionadas pela origem social dos estudantes (Gusmão; Amorim, 2022). A desigualdade manifesta-se tanto nos indicadores de desempenho quanto nas oportunidades de participação em experiências educativas

significativas, revelando que o sistema escolar tende a reproduzir assimetrias já existentes no tecido social (Pinheiro filho *et al.*, 2024).

Do ponto de vista conceitual, a desigualdade educacional ultrapassa a dimensão meramente quantitativa de vagas e matrículas. Ela envolve qualidade do ensino, condições de infraestrutura, formação docente e reconhecimento das diversidades culturais (Santos, 2021). Estudos recentes evidenciam que escolas localizadas em territórios vulneráveis apresentam maiores dificuldades para garantir continuidade dos percursos formativos, o que aprofunda ciclos de exclusão (Inep, 2024). Assim, compreender seus determinantes exige análise integrada das políticas públicas e das práticas pedagógicas.

Na perspectiva de Lima e Sena (2021):

A desigualdade educacional no Brasil não pode ser explicada apenas pela ausência de recursos materiais, mas pela combinação de fatores históricos que produzem oportunidades diferenciadas de aprendizagem. O modo como o currículo é organizado, a forma de avaliação e as expectativas em relação aos alunos contribuem para consolidar distâncias entre grupos sociais, transformando diferenças em hierarquias escolares duradouras.

Outro determinante refere-se às dimensões étnico-raciais e de gênero. Pesquisas apontam que estudantes negros, indígenas e moradores de áreas rurais enfrentam barreiras adicionais de permanência e sucesso escolar (Santos, 2021). Tais barreiras relacionam-se a práticas pedagógicas pouco inclusivas e a representações sociais que influenciam expectativas docentes (Gatti, 2022). A escola, nesse contexto, pode atuar tanto como espaço de emancipação quanto de reprodução das desigualdades.

Como destaca Pinheiro Filho *et al.* (2024):

Quando a instituição escolar desconsidera as múltiplas identidades presentes em seu interior, acaba por legitimar um padrão único de aluno ideal. Esse processo invisibiliza saberes, linguagens e experiências de grupos historicamente excluídos, produzindo mecanismos sutis de seleção e fracasso que se expressam nos indicadores de rendimento e evasão.

As políticas públicas buscam enfrentar esse quadro por meio de programas de avaliação e indução de qualidade. Contudo, autores destacam que iniciativas centradas apenas em resultados numéricos tendem a responsabilizar indivíduos sem alterar condições estruturais (Gusmão; amorim, 2022). O desafio consiste em articular ações de financiamento, gestão democrática e inovação pedagógica capazes de responder às necessidades dos diferentes contextos.

Nesse debate, ganha relevância a discussão sobre justiça curricular. Defende-se que a escola deve garantir não apenas igualdade de acesso, mas igualdade de participação nos bens culturais socialmente produzidos (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2022). A superação das

desigualdades requer, portanto, revisão das formas de ensinar e avaliar, valorizando percursos diferenciados e estratégias que considerem ritmos e estilos de aprendizagem.

Conclui-se que as desigualdades educacionais são multidimensionais e demandam respostas igualmente complexas. A literatura converge ao afirmar que políticas compensatórias isoladas são insuficientes, sendo necessária transformação das práticas pedagógicas e das relações escolares (Reis *et al.*, 2024). Nesse cenário, as metodologias ativas passam a ser discutidas como possibilidade de democratização do conhecimento e de ampliação do protagonismo estudantil.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS METODOLOGIAS ATIVAS

As metodologias ativas fundamentam-se em concepções pedagógicas que compreendem o estudante como sujeito central do processo educativo. Inspiradas em teorias construtivistas e socioculturais, tais abordagens defendem que o conhecimento é produzido por meio da interação entre sujeitos, problemas e contextos (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2022). Diferentemente do ensino transmissivo, priorizam situações em que o aluno investiga, formula hipóteses e constrói soluções.

A aprendizagem significativa constitui um de seus pilares. Bezerra *et al.* (2024) argumentam que o engajamento cognitivo e emocional amplia a capacidade de compreensão e aplicação dos conteúdos. Nessa perspectiva, o erro é entendido como parte do percurso formativo e não como falha a ser punida. O papel do professor desloca-se para a mediação, orientando processos de pesquisa e reflexão.

Na análise de Bacich, Tanzi Neto; Trevisani (2022):

As metodologias ativas partem do pressuposto de que aprender implica mobilizar conhecimentos prévios, dialogar com pares e enfrentar problemas reais. O estudante deixa de ser receptor passivo para tornar-se protagonista de percursos investigativos, nos quais teoria e prática se articulam de forma dinâmica e contextualizada.

Outro fundamento refere-se à dimensão colaborativa da aprendizagem. Estudos indicam que o trabalho em grupo favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de pensamento crítico (Gallo *et al.*, 2024). A interação entre diferentes perspectivas permite ampliar repertórios culturais e combater visões estereotipadas, aspecto relevante para o enfrentamento das desigualdades (Reis *et al.*, 2024).

De acordo com Santos *et al.* (2024):

Ao organizar o ensino a partir de projetos coletivos, a escola reconhece que o conhecimento possui natureza social. A cooperação entre estudantes cria

ambientes mais democráticos, nos quais a diversidade de experiências converte-se em recurso pedagógico e não em obstáculo à aprendizagem.

As tecnologias digitais reforçam esses fundamentos ao possibilitar múltiplas linguagens e trajetórias personalizadas. Silva *et al.* (2022) destacam que ambientes virtuais ampliam a autonomia discente e permitem acompanhamento formativo mais próximo. Todavia, autores alertam que a centralidade não deve estar nas ferramentas, mas nos objetivos pedagógicos (Dias *et al.*, 2024).

Do ponto de vista ético-político, as metodologias ativas relacionam-se à educação como prática de liberdade. Inspiradas em perspectivas críticas, defendem que o ensino deve problematizar a realidade e estimular participação social (Gatti, 2022). Tal orientação aproxima-se das recomendações internacionais que propõem um novo contrato social para a educação, baseado na colaboração e na justiça (Unesco, 2021).

Esses fundamentos indicam que a adoção de metodologias ativas requer mudança cultural nas escolas. Não se trata apenas de introduzir técnicas, mas de repensar currículo, avaliação e gestão da sala de aula. A formação docente continuada aparece como condição essencial para que tais princípios se convertam em práticas consistentes.

3. PRINCIPAIS METODOLOGIAS ATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

7

Diversas estratégias compõem o campo das metodologias ativas, destacando-se a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em problemas. Essas abordagens compartilham a centralidade do estudante e a resolução de situações reais como eixo do ensino (Bezerra *et al.*, 2024). Cada uma, entretanto, apresenta especificidades quanto à organização do tempo didático e ao papel do professor.

A aprendizagem baseada em projetos propõe que os alunos desenvolvam produtos ou intervenções concretas relacionadas a desafios do território. Gallo *et al.* (2024) afirmam que tal metodologia fortalece vínculos entre escola e comunidade, favorecendo sentido social ao currículo. Para estudantes de contextos vulneráveis, essa aproximação contribui para valorização de saberes locais e construção de identidade.

Para Gallo *et al.* (2024):

Projetos pedagógicos que partem de problemas do cotidiano permitem que o conhecimento escolar dialogue com a vida dos estudantes. Quando investigam questões de seu próprio bairro ou cultura, os alunos percebem-se como produtores de saber e não apenas como consumidores de informações previamente definidas.

A sala de aula invertida, por sua vez, reorganiza os momentos de estudo individual e coletivo. Conteúdos introdutórios são acessados previamente e o tempo presencial dedica-se à discussão e aplicação (Silva *et al.*, 2022). Essa dinâmica amplia a participação e possibilita acompanhamento mais próximo das dificuldades, aspecto relevante para redução de lacunas de aprendizagem.

Tal como defendem Dias *et al.* (2024):

A inversão da lógica tradicional do ensino cria oportunidades para que o encontro presencial seja espaço de diálogo, experimentação e apoio personalizado. Tal organização beneficia especialmente estudantes que necessitam de mediações diferenciadas para compreender conceitos mais complexos.

A aprendizagem baseada em problemas enfatiza o raciocínio investigativo. Os alunos analisam situações abertas e buscam informações para propor soluções (Bezerra *et al.*, 2024). Pesquisas indicam que essa metodologia desenvolve autonomia intelectual e capacidade de trabalho em equipe, competências essenciais no mundo contemporâneo.

No campo da inclusão, experiências com estudantes surdos e com deficiência demonstram que metodologias ativas favorecem acessibilidade comunicacional e respeito às diferenças (Reis *et al.*, 2024). Ao permitir múltiplas formas de expressão, tais abordagens reduzem barreiras impostas por modelos padronizados de ensino. Também contribuem para enfrentamento do racismo e de outras discriminações ao promover diálogo crítico (Lima; sena, 2021).

Apesar dos avanços, autores ressaltam limites práticos. A implementação exige planejamento, tempo de estudo docente e condições materiais adequadas (Gatti, 2022). Sem apoio institucional, há risco de superficialização das propostas, transformando-as em atividades pontuais sem impacto na aprendizagem (Gusmão; amorim, 2022).

De modo geral, as principais metodologias ativas revelam potencial para construção de ambientes mais democráticos e inclusivos. Quando articuladas a políticas de equidade e formação continuada, podem contribuir para redução das desigualdades educacionais e para fortalecimento do protagonismo estudantil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, cujo propósito foi analisar a produção científica acerca das contribuições das metodologias ativas para o enfrentamento das desigualdades educacionais. A

pesquisa bibliográfica possibilita a sistematização do conhecimento já produzido sobre determinado fenômeno, permitindo a construção de interpretações críticas fundamentadas em referenciais teóricos consolidados.

A busca dos materiais foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância para a área da educação, tais como: SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, ERIC e Redalyc. Também foram consultados documentos oficiais do Ministério da Educação, do INEP e da UNESCO, por constituírem referências institucionais para a compreensão das políticas educacionais e dos indicadores de desigualdade.

Para a estratégia de busca foram definidos descritores em língua portuguesa e inglesa, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR: metodologias ativas, aprendizagem ativa, desigualdades educacionais, equidade educacional, inclusão escolar, active methodologies, educational inequalities, equity in education. As combinações priorizaram a relação direta entre metodologias ativas e enfrentamento das desigualdades, de modo a garantir aderência ao objetivo do estudo.

Foram estabelecidos critérios de inclusão: a) publicações no período de 2021 a 2024; b) textos disponíveis na íntegra e de acesso livre; c) artigos científicos, livros, capítulos e documentos oficiais relacionados ao tema; d) estudos que abordassem explicitamente metodologias ativas associadas à equidade, inclusão ou redução de desigualdades; e) produções nos idiomas português, inglês ou espanhol. Tais critérios buscaram assegurar atualidade e pertinência teórica ao corpus analisado.

Como critérios de exclusão, definiram-se: a) trabalhos que tratassem de metodologias ativas apenas no ensino superior sem relação com educação básica; b) estudos com foco exclusivamente tecnológico, sem articulação pedagógica; c) publicações duplicadas nas bases consultadas; d) textos opinativos sem fundamentação científica; e) materiais anteriores a 2021 ou sem relação direta com o problema de pesquisa.

O processo de seleção ocorreu em quatro etapas. Inicialmente realizou-se leitura dos títulos e palavras-chave, resultando em triagem preliminar. Na segunda etapa procedeu-se à leitura dos resumos para verificação da aderência temática. A terceira etapa consistiu na leitura integral dos textos selecionados, aplicando-se rigorosamente os critérios estabelecidos. Por fim, organizou-se o material em eixos analíticos correspondentes aos objetivos do estudo.

Para a análise dos dados adotou-se a técnica de análise de conteúdo temática, que possibilita identificar núcleos de sentido presentes nos textos e estabelecer relações

interpretativas entre eles. As informações foram categorizadas em três eixos: concepções de desigualdade educacional, fundamentos das metodologias ativas e evidências de contribuição para a equidade. Esse procedimento permitiu comparar abordagens, convergências e lacunas da literatura.

Ressalta-se que, por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normativas vigentes. Todavia, foram respeitados os princípios éticos de autoria e integridade científica, com adequada referenciação das fontes utilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permitiu identificar que as metodologias ativas vêm sendo apontadas como estratégia pedagógica com potencial para enfrentar desigualdades educacionais ao promover maior participação discente, personalização das aprendizagens e valorização da diversidade. Conforme destacam Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2022), a centralidade do estudante no processo de construção do conhecimento favorece percursos formativos mais equitativos, especialmente quando articulada ao ensino híbrido e ao uso crítico das tecnologias digitais.

Os estudos revisados evidenciam que o modelo tradicional de ensino ainda predominante nas escolas brasileiras apresenta limitações para atender às múltiplas realidades sociais. Gusmão e Amorim (2022) afirmam que a organização curricular padronizada tende a aprofundar desigualdades, pois desconsidera diferenças de capital cultural e de condições materiais dos estudantes. Tal constatação dialoga com os dados do SAEB, analisados por Brasil/INEP (2024), que demonstram persistência de lacunas de aprendizagem entre redes e territórios.

Quadro 1 – Contribuições das metodologias ativas para a equidade

Dimensão	Contribuição pedagógica	Repercussão para a equidade
Protagonismo discente	Participação ativa na construção do conhecimento	Redução da lógica transmissiva e seletiva
Personalização	Percursos flexíveis de aprendizagem	Atendimento a diferentes ritmos e contextos
Contextualização	Articulação com problemas reais	Valorização dos saberes dos

		territórios
Colaboração	Trabalho em pares e grupos	Fortalecimento da inclusão social
Avaliação formativa	Acompanhamento processual	Diminuição de reprovações excludentes

Fonte: Autoria própria (2026)

As evidências sintetizadas no Quadro 1 encontram respaldo nas análises de Bezerra *et al.* (2024), para quem estratégias como projetos e resolução de problemas ampliam o sentido do aprender e fortalecem o protagonismo juvenil. Os autores ressaltam que o engajamento cognitivo e emocional constitui condição para aprendizagens significativas, sobretudo entre estudantes historicamente excluídos dos bens culturais.

Outro eixo recorrente refere-se ao papel das tecnologias digitais. Dias *et al.* (2024) argumentam que ambientes virtuais, quando orientados por intencionalidade pedagógica, possibilitam múltiplas linguagens e flexibilização do tempo escolar. Essa perspectiva é reforçada por Brasil (2023) ao defender, na Política Nacional de Educação Digital, que o uso educacional das tecnologias deve contribuir para redução das desigualdades regionais.

11

Entretanto, UNESCO (2023) adverte que a tecnologia pode reproduzir assimetrias caso não haja garantia de acesso e formação docente. Tal alerta converge com a análise de Silva *et al.* (2022), que identificam, no período pós-pandemia, ampliação de práticas digitais sem adequada mediação pedagógica. Assim, os resultados indicam que a inovação metodológica precisa estar associada a políticas estruturantes.

Quadro 2 – Desafios para implementação das metodologias ativas nas escolas

Categoria	Principais obstáculos identificados
Formação docente	Predomínio de formação inicial tradicional
Infraestrutura	Desigualdade de acesso a recursos digitais
Currículo	Rigidez e excesso de conteúdos prescritivos
Avaliação	Centralidade em exames padronizados
Gestão	Pouco tempo para planejamento colaborativo

Fonte: Autoria própria (2026)

Os desafios descritos no Quadro 2 são amplamente discutidos por Gatti (2022), que enfatiza a necessidade de repensar a formação inicial e continuada de professores para práticas mais colaborativas. Para a autora, sem investimento na profissionalização docente, as metodologias ativas tendem a tornar-se iniciativas pontuais e pouco sustentáveis.

No que se refere às dimensões sociais da desigualdade, Lima e Sena (2021) demonstram que o racismo estrutural impacta trajetórias escolares e expectativas de aprendizagem. De forma semelhante, Santos (2021) explica que diferenças culturais são frequentemente convertidas em fracasso escolar quando a instituição não reconhece a pluralidade de identidades. Nesse cenário, Reis *et al.* (2024) evidenciam que abordagens ativas favorecem a inclusão de estudantes surdos ao valorizar múltiplas formas de comunicação.

A discussão também revela que as metodologias ativas contribuem para ressignificar a relação entre escola e comunidade. Gallo *et al.* (2024) apontam que projetos integrados ao território fortalecem vínculos sociais e ampliam o sentido público da educação. Essa compreensão aproxima-se da proposta da UNESCO (2021) de construção de um novo contrato social educativo baseado na colaboração e na justiça.

Quadro 3 – Evidências de impacto pedagógico

Indicador	Resultados observados
Engajamento	Maior participação e interesse dos estudantes
Aprendizagem	Desenvolvimento do pensamento crítico
Inclusão	Ampliação da participação de grupos vulneráveis
Relação escola-comunidade	Projetos vinculados ao território
Competências	Autonomia e trabalho colaborativo

Fonte: Autoria própria (2026)

As evidências apresentadas no Quadro 3 dialogam com a análise de Pinheiro Filho *et al.* (2024), segundo a qual a justiça social na educação depende de práticas que democratizem o acesso ao conhecimento. Os autores defendem que a inovação pedagógica deve ser acompanhada de políticas de proteção social para que seus efeitos alcancem os estudantes mais pobres.

Observa-se, portanto, convergência entre os estudos quanto ao potencial das metodologias ativas para enfrentar desigualdades, desde que implementadas de forma sistêmica. Santos *et al.* (2024) ressaltam que tais abordagens promovem educação inclusiva quando articuladas à gestão democrática e à avaliação formativa. A literatura indica que o protagonismo discente e a contextualização curricular são elementos centrais para redução de barreiras de aprendizagem.

Todavia, os resultados também apontam limites. A ausência de condições materiais e o predomínio de avaliações padronizadas podem esvaziar o caráter emancipatório das propostas, como assinalam Gusmão e Amorim (2022). Assim, a discussão evidencia que metodologias ativas não constituem solução isolada, mas componente de política educacional mais ampla, conforme defendem Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2022).

Em síntese, a análise das referências demonstra que as metodologias ativas apresentam contribuições relevantes para a equidade educacional ao favorecer participação, autonomia e reconhecimento das diversidades. Contudo, sua efetividade depende de investimento em formação docente, infraestrutura e revisão das práticas avaliativas, confirmando a necessidade de articulação entre inovação pedagógica e políticas públicas estruturantes.

CONCLUSÃO

13

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as metodologias ativas constituem estratégia pedagógica com potencial significativo para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Evidenciou-se que abordagens centradas no protagonismo discente, na colaboração e na contextualização do currículo favorecem a participação de estudantes historicamente marginalizados, contribuindo para aprendizagens mais significativas e socialmente referenciadas. Tais metodologias, quando articuladas a políticas de equidade, mostram-se capazes de tensionar a lógica tradicional e seletiva ainda presente em grande parte das instituições escolares.

Constatou-se, entretanto, que a efetividade dessas propostas depende de condições estruturais e formativas que ultrapassam o âmbito da sala de aula. A literatura analisada demonstrou que a ausência de infraestrutura adequada, a fragilidade da formação docente e a centralidade de avaliações padronizadas constituem obstáculos relevantes. Assim, as metodologias ativas não podem ser compreendidas como solução isolada, mas como

componente de um projeto educativo mais amplo, comprometido com a justiça social e com a democratização do conhecimento.

Também se verificou que o uso crítico das tecnologias digitais amplia possibilidades de personalização do ensino e de aproximação entre escola e realidade dos estudantes. Contudo, sem garantia de acesso equitativo e mediação pedagógica qualificada, tais recursos podem reproduzir assimetrias já existentes. Dessa forma, a inovação pedagógica precisa estar articulada à gestão democrática, à valorização docente e à construção de currículos sensíveis às diversidades culturais, étnicas e territoriais.

Como sugestão de pesquisa, propõe-se a realização de estudos empíricos de natureza interventiva que analisem o impacto das metodologias ativas em escolas públicas situadas em contextos de vulnerabilidade social, investigando indicadores de aprendizagem, engajamento e permanência escolar. Recomenda-se, ainda, pesquisas que articulem formação docente continuada e implementação de projetos interdisciplinares, de modo a compreender quais condições institucionais favorecem a consolidação dessas práticas como instrumentos efetivos de redução das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

1. BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando (org.). Ensino híbrido e metodologias ativas na educação básica: caminhos para a equidade. Porto Alegre: Penso, 2022.
2. BEZERRA, Edjane Teixeira *et al.* Metodologias ativas e aprendizagem significativa: estratégias para promover o engajamento e a autonomia dos alunos no processo educacional. *Revista Foco*, v. 17, n. 10, e6361, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n10-022.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Digital. Brasília: MEC, 2023.
4. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB 2023. Brasília: INEP, 2024.
5. DIAS, Antonio Marcos Medeiros *et al.* Metodologias ativas e tecnologias na educação. *Lumen et Virtus*, v. 15, n. 42, p. 7110–7123, 2024. DOI: 10.56238/levv15n42-041.
6. GALLO, Simone Aparecida *et al.* Metodologias ativas e tecnologia na educação. *Revista Ilustração*, v. 5, n. 1, p. 27–36, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i1.245.
7. GATTI, Bernardete Angelina. Formação docente, inovação pedagógica e equidade educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 183, p. 12–30, 2022.

8. GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; AMORIM, Simone Silveira. Dimensão da desigualdade educacional no ensino médio: reflexão com base no princípio de qualidade e equidade. *Revista Exitus*, n. 12, p. 61, 2022.
9. LIMA, Ariane Nayara Coelho; SENA, Mayara Teixeira. Desigualdade educacional e racismo estrutural: impacto do racismo na educação. 2021.
10. PINHEIRO FILHO, Ivo da Silva *et al.* Desigualdade social e educação: desafios para a inclusão e a justiça social no Brasil. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 9, e8167, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n9-249.
11. REIS, Diego Alves dos *et al.* As metodologias ativas como aliadas da inclusão e equidade na educação de surdos. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 5, e4476, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n5-184.
12. SANTOS, Cyntia Maria Loiola dos. Como as diferenças se transformam em desigualdade no contexto educacional. 2021.
13. SANTOS, Simone Maria Alves Viana *et al.* Metodologias ativas como estratégias pedagógicas para uma educação inclusiva e transformadora. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024.
14. SILVA, Débora Suely Medeiros da *et al.* Metodologias ativas e tecnologias digitais na educação médica: novos desafios em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, n. 2, e058, 2022. DOI: 10.1590/1981-5271v46.2-20210018.
15. UNESCO. Global Education Monitoring Report 2023: technology in education – a tool on whose terms? Paris: UNESCO, 2023.
16. UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Paris: UNESCO, 2021.